

Veículo: Política Livre	
Data: 23/09/2019	Caderno: Política

Raul Monteiro  
**POLÍTICALIVRE**  
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

## Emendas obrigatórias já custam R\$ 2 bilhões aos Estados

Foto: Paulo Mocofoya/AL-BA



Assembleia Legislativa da Bahia

O pagamento obrigatório de emendas parlamentares individuais já é realidade em 15 dos 26 Estados brasileiros e no Distrito Federal. Outros dois Estados vão implementar o modelo no próximo ano. Na esteira do que ocorre no cenário federal, o orçamento impositivo amplia as dificuldades fiscais desses governadores, que juntos têm de destinar ao menos R\$ 2,2 bilhões de uma conta anual bastante apertada, se não deficitária, para pagar indicações feitas por deputados estaduais.

Levantamento feito pelo Estado mostra que em 15 Assembleias Legislativas a aprovação se deu como uma espécie de efeito cascata da decisão tomada pelo Congresso, em 2015, de tornar impositivas as emendas de acordo com sua destinação – geralmente restritas a projetos de Saúde e Educação. De lá para cá, onde não há lei aprovada, projetos tramitam em comissões com esse objetivo.

As emendas obrigatórias são viabilizadas por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), mecanismo que não exige sanção nem permite veto por parte do Executivo. Dessa forma, cabe ao governador cumprir ou tentar negociar prazos e índices mais folgados. Em Goiás, Ronaldo Caiado (DEM) conseguiu “parcelar” o pagamento. O valor reservado para indicações vai aumentar gradativamente até alcançar 1,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado, em 2020. Hoje, esse índice é de 0,5%, o que significa uma cota de R\$ 3 milhões para cada um dos 41 deputados estaduais da Assembleia goiana.

Em valores nominais, a maior fatia é a praticada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal, onde cada parlamentar pode indicar até R\$ 7,7 milhões. Já as menores estão no Acre e no Amapá – R\$ 500 mil por deputado. Mas quando a comparação é feita proporcionalmente, ou seja, de acordo com o índice aprovado sobre a RCL, São Paulo é o que menos paga, enquanto Amazonas, Rondônia e Rio Grande do Norte são os campeões.

Para o diretor da Faculdade de Direito da USP, Floriano Peixoto de Azevedo Marques, o orçamento impositivo é uma providência valiosa em tempos de bonança, mas catastrófica em tempos de escassez. “Considerando que o orçamento tem um grau de comprometimento de 95% de gastos obrigatórios, você praticamente desloca a capacidade de decidir investimento para o Legislativo, em detrimento do Executivo”, disse. Entre os prejuízos gerados por essa transferência de função, Azevedo Marques destaca que o Legislativo não tem histórico de responsabilidade fiscal. “Essas medidas são legítimas, não são dinheiro de corrupção, mas são alocadas de forma fragmentária, pouco importa se são para deputados de oposição ou situação”, disse.

Assegurar que também os parlamentares estaduais tenham emendas de execução obrigatória se tornou meta nos Legislativos do Nordeste, onde os quatro Estados que não possuem o mecanismo pretendem aprová-lo

ainda neste ano. A região foi pioneira nessa pauta. Em 2013, dois anos antes de o Congresso aprovar o Orçamento Impositivo federal, Piauí já tinha as suas regras definidas.

Segundo o governador Wellington Dias (PT), há no Estado tanto um entendimento com os deputados estaduais quanto uma legislação que determina que as emendas sejam aplicadas em obras e programas já definidos pelo Estado. Além disso, 40% das emendas têm de ir para saúde educação. “Isto evita situação de descompasso entre o Plano do Executivo e prioridades do parlamentar”, disse. “Veja que é um poder decidindo sobre o que fazer com os recursos do outro poder.”

Não que a aprovação desse tipo de legislação seja garantia de que deputados estaduais terão seus projetos executados. Na Bahia, a oposição ajuizou ação contra o governador Rui Costa (PT) porque o Executivo não estaria aplicando os recursos. Procurado, governo baiano não se manifestou. “Desde 2015 as emendas não são executadas corretamente. No meu caso, nesse período, dos R\$ 5,4 milhões que cada deputado teria direito, eu só tive a execução de R\$ 330 mil”, afirmou José de Arimatéia (Republicanos). Segundo o deputado, o governo estadual “devolve” a emenda protocolada e pede que ela seja utilizada em ações já definidas pelo Executivo, diante da falta de recursos.

*Estadão*

Veículo: A Tarde	Caderno: Levi Vasconcelos
Data: 22/09/2019	Página: B1

**A TARDE**  
O jornal de toda Bahia

## Cacau vai tentar sair do buraco pelos caminhos do semiárido

Os caminhos para tentar tirar do buraco mais de 11 mil produtores de cacau com dívidas que ultrapassam R\$ 1 bilhão, a herança maldita da vassoura-de-bruxa, estão sendo traçados sem a abertura de novas trilhas.

Ou melhor, seguem as vias já existentes, especialmente o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), operado pelo Banco do Nordeste.

Segundo o deputado Sandro Régis, que está no time que apadrinha a causa, a mi-

nistra Tereza Cristina (Agricultura) formou um grupo de trabalho com a missão de formatar uma medida provisória específica para o caso.

**PROPOSTA** — Pelo que está sendo gestado, a ideia é uma redução da dívida em até 95%, deixar o saldo devedor com juros de 1% a 3% para ser quitado em parcelas a serem pagas de 2021, a primeira, até 2030. Além disso, aciona-se o Plano Safra para garantir novos financiamentos, já que hoje o cacau está fora das li-

nhas de crédito. Fala Sandro:

– Não está se inventando nada. Apenas pedindo para o cacau o mesmo tratamento que se dá ao semiárido.

Até o fim do mês a MP estará pronta, após o que irá para a apreciação do ministro Paulo Guedes (Economia) e, enfim, para a Câmara.

Se tudo correr como o previsto, será a primeira vez na história do cacau pós-vassoura-de-bruxa que algo foi feito. Antes, nenhum governo, nem FHC, Lula, Dilma e Temer, deu pelotas.

Veículo: A Tarde	Caderno: Levi Vasconcelos
Data: 22/09/2019	Página: B1

## ***Venda da Petrobras é a bola da vez na Assembleia***

*O fechamento da sede da Petrobras na Pituba, em Salvador, deixou 800 funcionários a ver navios. Qual o destino deles? A empresa está estimulando eles a buscarem outros locais em vários pontos do Brasil, como Rio e Espírito Santo. Quem não quiser, a própria Petrobras vai arbitrar a causa, o que significa mais incertezas.*

*O caso aí é um dos itens a serem discutidos na audiência pública que a Assembleia realiza amanhã, com a presença de deputados federais, todos contra a possibilidade de venda da Petrobras, já iniciada pelo governo federal.*

*Segundo o deputado Rosemberg Pinto (PT), líder do governo na Alba, na Bahia, com a Refinaria Landulpho Alves, a Transpetro e a Fafen, já fechada, mais de quatro mil trabalhadores estão no bolo.*

# FOLHA DE S.PAULO



PREVIDÊNCIA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/MERCADO/PREVIDENCIA](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/previdencia))

## Estados pesam ganhos e custos políticos com reformas próprias da Previdência

22.set.2019 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/22/>)

### Ana Estela de Sousa Pinto

**SÃO PAULO** A adoção das novas regras federais traria para o conjunto de estados (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/servidor-ganha-espaco-nas-assembleias-e-faz-pessao-sobre-reforma-nos-estados.shtml>) e o Distrito Federal uma economia em dez anos de R\$ 350,7 bilhões, segundo cálculos do economista Josué Pellegrini, da IFI (Instituição Fiscal Independente), com base em estimativas da Secretaria da Previdência.

É cinco vezes o rombo (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/08/estados-tiram-r-7-bi-de-novos-regimes-de-previdencia-para-pagar-aposentados.shtml>) previdenciário registrado em 2018 pelos 23 estados então deficitários mais o Distrito Federal, mostram dados compilados para a Folha pelo economista Gabriel Leal de Barros.

Mas a situação dos governantes é bastante heterogênea. Há estados em que o déficit anual chega a 31% da receita corrente líquida, como o Rio Grande do Sul, enquanto outros têm superavit, segundo estudo das previdências estaduais feito por Pellegrini para a IFI.

Além disso, 8 estados já adotaram um regime complementar, que limita pelo teto do INSS as aposentadorias futuras (pela ordem de implantação: RJ, SP,

ES, MG, SC, BA, GO e RS), o que vai equacionar o problema no longo prazo.

O problema é que, até lá, o déficit tende a se acelerar se não houver reformas. Heterogêneas também são as estratégias dos governos sobre o que fazer a respeito de usas previdências.

Entre os 11 secretários da Fazenda ouvidos pela Folha, há dos que pretendem enviar projeto assim que aprovada a reforma federal (PEC 6) até os que esperam aguardar a votação da PEC paralela —o que pode se arrastar até o ano que vem.

Dos 5 estados mais críticos em ranking elaborado por Pellegrini com base em rombo previdenciário, proporção entre servidores ativos e inativos, idade dos servidores e porcentagem de funcionários com aposentadorias especiais, 2 pretendem se antecipar: Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

Penúltimo na escala e um dos mais endividados, Minas Gerais não quis falar sobre o assunto. Os outros dois —Santa Catarina e Rio de Janeiro— pretendem aguardar a votação da PEC paralela.

“Mas, se não houver algo determinado pela PEC, acredito que nenhum governador vai fazer reforma, já que são poucos os que têm maioria na Assembleia”, afirma Sérgio Aureliano, presidente do Rioprevidência e indicado pela Secretaria da Fazenda fluminense como responsável pela coordenação da reforma.

Ele observa que servidores com categoria organizada —“militares, bombeiros, professores”— têm muita influência nas Casas legislativas, o que dificulta mudanças.

Aureliano defende que a PEC paralela torne obrigatória a reforma estadual, mas acha isso pouco provável.

Paulo Eli, secretário da Fazenda de Santa Catarina, argumenta que será difícil alterar na Assembleia a idade mínima de professores e policiais.

Segundo ele, essa questão deveria ser determinada pelo Congresso. O secretário afirma que o estado já garantiu em 2015 a sustentabilidade no

longo prazo, com a criação de Previdência complementar e o aumento da alíquota de contribuição para 14%.

No Rio Grande do Sul, o secretário da Fazenda, Marco Aurelio Cardoso, diz que um projeto de reforma estadual será enviado “imediatamente após a aprovação da PEC 6”. Antes disso, segundo ele, o governo apresentará a proposta aos parlamentares e fará rodadas de negociação com associações e sindicatos.

“Há um risco de não haver reforma na maior parte dos estados e municípios, por questões locais, agenda eleitoral e pela própria composição política de cada estado”, afirma.

Ele lembra que alterações recentes no nível federal que ficaram sujeitas a regulamentação estadual, como a própria Previdência complementar, acabaram não acontecendo.

Pontos da PEC 6, porém, já terão efeito sobre os estados mesmo que eles não façam reforma própria, observa Nereu Linhares, diretor-geral do Ipern (instituto de Previdência do Rio Grande do Norte).

A obrigatoriedade de adotar no prazo de dois anos um sistema de Previdência complementar, que limita as aposentadorias pelo teto, é um dos pontos citados pelo diretor do Ipern.

Linhares afirma que o Rio Grande do Norte aguarda apenas pela aprovação da PEC 6, e enviará uma reforma à Assembleia mesmo que a PEC paralela não avance.

“Não será uma tarefa fácil. Claro que qualquer deputado estadual preferiria que já viesse decidido do Congresso. Mas vamos negociar e mostrar a situação real das contas”, diz ele.

## **SÃO PAULO**

São Paulo, que registrou o déficit mais alto em 2018 (quase R\$ 20 bilhões), também pretende aguardar o andamento da PEC paralela. Mas, segundo a

assessoria de comunicação da Secretaria da Fazenda, “caso o trâmite seja moroso, considera a hipótese de apresentar projeto na Assembleia.”

Um dos problemas é que deputados federais podem restringir o alcance da PEC paralela, mantendo condições especiais para professores e, principalmente, policiais e agentes de segurança, diz o secretário da Fazenda do Paraná, Renê de Oliveira Garcia Júnior.

“Se percebermos que não vai andar, já temos um esboço de projeto. É fundamental que seja feito logo, porque não há como planejar as políticas para o ano que vem sem ter uma ideia de como ficará a despesa. Sem mudanças, ela cresce de maneira explosiva.”

A meta, segundo ele, é enviar a reforma ao Legislativo antes do final do ano.



Manifestante vestido de Minion em protesto contra a reforma da Previdência em Curitiba - Folhapress

Goiás também já prepara seu projeto, segundo a secretária da Fazenda, Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, mas deve esperar pela PEC paralela.

“Estamos com uma agenda de reformas, e este não é o momento mais adequado para mandar a da Previdência.”

Alagoas é outro estado que já tem minuta pronta, segundo o secretário da Fazenda, George Santoro, mas também aguarda pela PEC paralela. Segundo ele, o Executivo já iniciou conversas com os deputados estaduais, e há “boa perspectiva” de aprovação.

No Espírito Santo, o governo vai aguardar as votações no Congresso, diz o secretário da Fazenda, Rogelio Pegoretti: “Não faz sentido assumir um alto custo político e reduzir a atratividade da carreira se não houver resultado relevante para as contas públicas”.

Único estado com capacidade de pagamento avaliada pelo Tesouro como A (categoria mais alta), o Espírito Santo considera a situação previdenciária equacionada no longo prazo, pela criação em 2013 da Previdência complementar.

Mas Pegoretti afirma que a reforma é necessária porque os aportes do Tesouro para cobrir o rombo previdenciário têm sido crescentes. “Se a PEC paralela ficar para o ano que vem, com certeza prejudicará a reforma nos estados.”

O efeito será ainda maior nos municípios, “onde o bicho pega mesmo”, diz o secretário. “O prefeito que quer se reeleger vai ter muita dificuldade para enfrentar os servidores, que têm alto impacto eleitoral.”

A Secretaria da Fazenda da Bahia, cujo governador, Rui Costa (PT), se opôs publicamente à inclusão dos estados na PEC 6, não deu entrevista.

## **sua assinatura pode valer ainda mais**

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui \(https://login.folha.com.br/newsletter\)](https://login.folha.com.br/newsletter)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store \(https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711\)](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) ou na [Google Play \(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt\\_BR\)](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das

# FOLHA DE S.PAULO



PREVIDÊNCIA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/MERCADO/PREVIDENCIA](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/previdencia))

## Servidor ganha espaço nas Assembleias e faz pressão sobre reforma nos estados

Fatia de deputados estaduais que vieram do funcionalismo é até o triplo da registrada na Câmara

22.set.2019 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/09/22/>)

### Ana Estela de Sousa Pinto

**SÃO PAULO** Endividados e às vésperas de ano eleitoral, governantes estaduais têm outro desafio no caminho de uma reforma própria

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/congresso-ja-cogita-quebrar-pec-paralela-em-duas-para-agilizar-reforma-nos-estados.shtml>) da Previdência: terão que negociar com uma fatia de deputados oriundos do serviço público que chega ao triplo da registrada entre os federais.

Na média de todas as Assembleias, essa proporção supera 8,5%, segundo levantamento com dados da Justiça Eleitoral feito pelo economista e cientista político João Victor Guedes Neto.

Essa é a estimativa mínima, porque os dados excluem professores que não tenham especificado a rede pública e podem omitir reeleitos que se identificaram como políticos, por exemplo.

Um terço mais ampla que os 6,63% dos que vieram de funções públicas no Legislativo federal, a parcela chega ao dobro disso no Rio de Janeiro (12,9%) e

ao triplo em Rondônia (16,7%).

Segundo Guedes Neto, que tem estudado a atuação de parlamentares em diversos países, o número de egressos do funcionalismo não se traduz diretamente em defesa de interesses corporativos, mas há outros fenômenos que apontam nessa direção.

Um deles é a fatia importante de policiais

(<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/eleitos-policiais-usam-mandatos-para-avancar-demandas-de-classe.shtml>) e outros agentes de segurança pública, que chegaram às Assembleias na esteira da eleição do presidente Jair Bolsonaro. “É uma categoria que tem plataforma muito definida e muito identificada com pleitos corporativos.”

Eles são ao menos 13,3% dos eleitos no Espírito Santo, 11,7% no Rio, 9,3% no Paraná e 7,4% em São Paulo, e podem engrossar a oposição a novas regras que limitem seus benefícios — hoje um dos principais custos para os estados.

Terão que passar pelas Assembleias (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/estados-pesam-ganhos-e-custos-politicos-com-reformas-proprias-da-previdencia.shtml>) eventuais propostas de reforma dos governadores. Retirados da proposta original do governo (PEC 6) por deputados federais, que não queriam ficar com o ônus das mudanças, estados e municípios aguardam agora a tramitação de uma PEC paralela que permite a reforma estadual por legislação ordinária.

Se a medida passar, os governadores precisarão de metade dos deputados presentes mais um. Sem a PEC paralela, no entanto, o quórum sobe e pode chegar a três quintos da Assembleia nos casos em que for necessário alterar a Constituição estadual.

Além da obtenção de uma cadeira na Assembleia, servidores influenciam o processo legislativo por outros caminhos, observa Guedes Neto: “A burocracia é quem mais tem conhecimento para redigir os projetos de lei, e o lobby do funcionalismo começa já nessa fase.”

Os servidores também atuam nas análises feitas em comissões e na própria implementação das políticas públicas, diz o pesquisador.

Outra dificuldade é que são da esfera estadual boa parte de serviços que afetam diretamente o eleitorado, como educação, saúde e segurança, o que aumenta o impacto político de greves ou ameaças de paralisação.

Segundo Guedes Neto, embora o alvo principal seja o Executivo, demonstrações de organização e força política elevam a influência das categorias sobre o Legislativo.

Entre as mais organizadas estão justamente as carreiras com aposentadoria especial, como professores e policiais. Como se aposentam mais cedo e ficam mais anos inativos, esses servidores oneram mais as previdências estaduais.

Há estados em que mais da metade dos funcionários faz jus a regras especiais: 62% no Maranhão, no Rio e no Rio Grande do Sul, ou 60% em Santa Catarina, de acordo com levantamento de Josué Pellegrini, da IFI (Instituição Fiscal Independente).

Outra pesquisadora dos Legislativos estaduais, Ana Paula Massonetto considera que as chances de reformas estaduais crescem se elas estiverem na pauta do governador.

Segundo ela, “o Executivo gera mais pressão e incentivos que a opinião pública ou a mobilização dos sindicatos”, porque os deputados estaduais são mais dependentes dos recursos do governo, via repasses para as regiões que eles representam.

Além disso, lembra ela, o lobby do funcionalismo vai estar limitado se o governo não conseguir pagar suas contas e houver risco real de atrasar salários ou demitir comissionados, entre outras medidas.



O deputado André Janones (Avante-MG) decorou a entrada do seu gabinete com um manifesto contra a reforma da Previdência, já aprovada pela Câmara - Ranier Bragon/Folhapress

Pela importância da medida, porém, será inevitável negociação com o Legislativo: “Haverá um preço na liberação de cargos, de emendas e recursos.”

Para a especialista em administração pública, se a via para a reforma não for a PEC paralela, o custo de aprovar a reforma estadual aumenta, e governantes podem não querer ficar com esse ônus.

Especialista em Previdência, o economista Paulo Tafner diz que os governadores terão que pôr na balança o custo de enfrentar o funcionalismo versus o de enfrentar a população, prejudicada pela falência em serviços como saúde, educação e segurança.

“Além disso, com as contas se deteriorando, o servidor será atingido se não houver reforma, pois faltará dinheiro para pagar salários”, afirma.

Apesar da urgência, Tafner considera que mesmo governadores que decidam enviar projetos para a Assembleia podem não conseguir aprová-los.

Sem a PEC paralela, é preciso obter quórum mais alto nos Legislativos, e Tafner considera improvável que a Câmara tome uma decisão antes das eleições do ano que vem. “Aí já será tarde demais para vários estados.”

Além disso, a PEC 6 não define claramente o que se pode fazer em nível estadual, o que cria insegurança jurídica.

O economista tem sido consultado por estados que pretendem enviar uma proposta ainda neste ano, como Goiás, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

## **sua assinatura pode valer ainda mais**

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711>) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) ([https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt\\_BR](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR)) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

---

### ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/servidor-ganha-espaco-nas-assembleias-e-faz-pressao-sobre-reforma-nos-estados.shtml>

## FOLHA DE S.PAULO



# Governo desbloqueia R\$ 8,3 bilhões do Orçamento para órgãos e ministérios

Liberação deve aliviar situação de várias pastas que tiveram recursos contingenciados

20.set.2019 às 14h52

Atualizado: 20.set.2019 às 20h08

### Danielle Brant

**BRASÍLIA** Com a melhora da arrecadação e corte nos gastos com pessoal, o governo anunciou nesta sexta-feira (20) o desbloqueio de R\$ 8,3 bilhões do Orçamento para órgãos e ministérios (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/propostas-do-congresso-ampliam-gastos-da-uniao.shtml>). No ano, estavam contingenciados cerca de R\$ 34,2 bilhões.

O ministério com maior liberação de recursos será o da Educação (<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/orcamento-de-bolsonaro-para-2020-tira-metade-dos-recursos-do-mec-para-pesquisa.shtml>), com R\$ 1,99 bilhão. O dinheiro será usado para garantir o funcionamento de universidades, institutos federais, para a compra de livros didáticos e para o pagamento de bolsas da Capes (<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/mec-recua-e-desiste-de-cortar-parte-de-bolsas-de-pesquisa-congeladas.shtml>). No início do mês, as bolsas haviam sido congeladas como parte do plano de contingenciamento do governo.

A pasta também receberá R\$ 1,6 bilhão do chamado Fundo da Lava Jato, criado a partir de acordo entre a Petrobras e a força-tarefa da operação. A liberação dos recursos, porém, ocorrerá só depois que o ministério formatar o pedido para receber o dinheiro.

“Os órgãos vão indicar para onde vão os recursos, aí serão feitos projetos de leis ou portarias de crédito e os descontingenciamentos necessários”, afirmou George Soares, secretário de Orçamento Federal.

Na Economia, o desbloqueio de recursos será de R\$ 1,75 bilhão. A liberação será feita para o fundo garantidor de exportação e para assegurar o funcionamento do Serpro (sistema de processamento de dados) e do Dataprev (responsável pela base de dados do INSS). Uma parte será destinada ainda para o Censo de 2020. (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/ibge-reduz-questionario-do-censo-de-2020-e-preve-corte-de-26-de-verbas-em-2020.shtml>)

A Defesa terá um descontingenciamento de R\$ 1,65 bilhão, e uma fatia desses recursos será usada para manter quartéis e a parte operacional das Forças Armadas (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/em-meio-a-cortes-orcamento-destina-r-47-bi-de-vantagens-para-militares.shtml>).

O Meio Ambiente, mergulhado em uma crise motivada pelos incêndios e queimadas na Amazônia (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/230-fundos-que-administram-r-65-trilhoes-exortam-brasil-a-protoger-a-amazonia.shtml>), receberá R\$ 70 milhões, quase metade do que será liberado para a Agricultura (R\$ 120 milhões).

Para a Presidência, serão descontingenciados R\$ 60 milhões. A AGU (Advocacia-Geral da União) teve desbloqueio de R\$ 50 milhões.

Além dos R\$ 8,3 bilhões, o governo também vai recompor a reserva orçamentária com R\$ 3,276 bilhões, incluindo os R\$ 2,661 bilhões do fundo da Lava Jato –além do dinheiro para educação, R\$ 1,06 bilhão vão para a Amazônia Legal. (<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/projetos-que-visam-a-aumentar-protecao-a-amazonia-estao-parados-no-congresso.shtml>) A diferença, R\$ 613,87 milhões, serão guardados para, no futuro, serem alocados em ministérios.

Houve liberação de R\$ 799,66 milhões em emendas impositivas. Para o Legislativo e o Judiciário, serão liberados R\$ 83,54 milhões. Ao todo, o desbloqueio do orçamento alcança R\$ 12,459 bilhões.

O governo revisou para cima a projeção para as receitas neste ano. Agora, prevê R\$ 1,547 trilhão, ante R\$ 1,54 trilhão na avaliação de julho.

Nas receitas não administradas, houve aumento na expectativa de recebimento de dividendos e participações, que teve aumento de R\$ 7,6 bilhões. Os dividendos serão pagos por Caixa (R\$ 3 bilhões), BNDES (R\$ 3,3 bilhões), Banco do Brasil (R\$ 640 milhões) e Banco do Nordeste (R\$ 100 milhões). Houve ainda redução de R\$ 8,35 bilhões em concessões e permissões.

Houve aumento na expectativa de recebimento de dividendos e participações, que teve aumento de R\$ 7,6 bilhões. Os dividendos serão pagos por Caixa (R\$ 3 bilhões), BNDES (R\$ 3,3 bilhões), Banco do Brasil (R\$ 640 milhões) e Banco do Nordeste (R\$ 100 milhões). Houve ainda redução de R\$ 8,35 bilhões em concessões e permissões.

Além disso, cortou a perspectiva para a despesa, que caiu de R\$ 1,403 trilhão para R\$ 1,397 trilhão. A maior redução ocorreu em pessoal e encargos sociais, com diminuição de R\$ 5,792 bilhões, o que representa 1,8% da despesa como um todo.

“A estimativa feita para aumento de professores e funcionários da educação foi superestimada, assim como de outros reajustes dados no começo do ano. Aí conseguimos verificar que não vai ter esse impacto neste ano”, afirmou Soares.

Mesmo com a liberação dos recursos, ainda há R\$ 21 bilhões sob contingenciamento no governo. O próximo relatório de avaliação do ministério, em novembro, deve mostrar novo desbloqueio, segundo o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues. O governo conta com dois leilões de petróleo, um de R\$ 6 bilhões, em 7 de novembro, e outro de R\$ 2,3 bilhões em 10 de outubro, para reforçar o caixa.

“A nossa perspectiva conservadora e de forma transparente é de que, no próximo relatório ou num extemporâneo, haja novos descontingenciamentos. Se houver os leilões com materialidade suficiente, a recomposição é de 8,3 bilhões”, disse. “Mas ainda há a possibilidade de termos dividendos intermediários também, porque a lucratividade dos bancos continua em alta.”

O secretário também negou qualquer intenção do governo de flexibilizar o teto de gastos. “Não está à mesa, neste governo, a discussão do teto de gasto com a retirada de investimentos. Isso não está posto à mesa para discussão”, diz Rodrigues. “Não vamos trabalhar com teto de gastos, vamos trabalhar com o piso.”

O primeiro bloqueio ocorreu em março, quando o governo congelou aproximadamente R\$ 30 bilhões no Orçamento.

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/governo-deve-bloquear-r-30-bilhoes-do-orcamento.shtml>

A redução de recursos na área da Educação

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/mec-recua-e-desiste-de-cortar-parte-de-bolsas-de-pesquisa-congeladas.shtml>) levou a uma onda de protestos em maio

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/estudantes-e-mec-medem-forcas-em-2o-dia-de-protestos.shtml>). No mesmo mês, ao divulgar fazer nova revisão das contas, o governo anunciou o desbloqueio de parte da verba dessa área.

Na apresentação de maio, a equipe econômica evitou um novo contingenciamento ao usar uma reserva orçamentária destinada a situações de emergência para suprir as perdas.

Em julho, em meio à crise fiscal e ao ritmo fraco de recuperação da atividade econômica, o governo decidiu bloquear R\$ 1,44 bilhão do Orçamento.

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/governo-deve-bloquear-r-30-bilhoes-do-orcamento.shtml>

O contingenciamento só não foi maior porque o governo usou R\$ 809 milhões da reserva orçamentária para amortecer o bloqueio.

Ao fim do primeiro bimestre deste ano, esses recursos somavam R\$ 5,4 bilhões. O contingenciamento ocorre por uma frustração com a previsão para receitas e despesas no ano, o que poderia levar ao estouro da meta fiscal de 2019 –o déficit previsto está em de R\$ 139 bilhões.

**[sua assinatura pode valer ainda mais](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/governo-desbloqueia-83-bilhoes-do-orcamento-para-orgaos-e-ministerios.shtml)**

Veículo: O Globo	Online
Data: 23/09/2019	Coluna: Economia

**O GLOBO**

# MAIS FORÇA PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS

*Davi Alcolumbre defende que, em tempos de crise fiscal, a descentralização dos recursos da União em direção aos governos locais seja uma prioridade do Congresso, e cita projetos em tramitação que devem ser acelerados*



**Alinhamento. Alcolumbre diz que descentralizar recursos é ideia defendida também pelo ministro Paulo Guedes. Ele vê desequilíbrio de acesso a verbas e atribuições da União em relação aos estados**

Com a crise fiscal que atinge diversas esferas da administração pública, cresce a importância de que os recursos à disposição do governo sejam alocados mais próximos às necessidades da população. Com base nesta premissa, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), defendeu a descentralização de verbas — saindo da União em direção a estados e municípios — e a adoção de medidas que permitam a governadores e prefeitos refinanciarem o pagamento de dívidas. Desta maneira, haveria um volume maior de dinheiro disponível para investimentos.

O “novo pacto federativo”, como ele classificou, foi defendido pelo presidente do Senado como parte do caminho que deve ser trilhado para a solução dos problemas brasileiros. Alcolumbre foi o convidado do seminário “E agora, Brasil?”, organizado pelos jornais O GLOBO e “Valor Econômico”, com o apoio da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Entrevistado por colunistas e editores, ele citou exemplos de projetos em tramitação no Congresso que, se entrarem em vigor, devem contribuir para a descentralização dos recursos. No início do mês, o Senado aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite que a União divida com estados e municípios a verba arrecadada com os leilões do pré-sal. De acordo com o texto, para os estados, irão cerca de R\$ 10 bilhões, mesmo valor que deve ser repartido pelos municípios.

— Fizemos votação de uma matéria que foi a distribuição da cessão onerosa, que é fonte de arrecadação e exploração extraordinária das riquezas de estados e municípios. Pacto federativo é a possibilidade de desvincularmos e descentralizarmos recursos que são arrecadados pelo governo central, que fica com 70% das riquezas. Essa é a inversão. Quando o ministro Paulo Guedes (Economia) fala “mais Brasil e menos Brasília”, toca todos os congressistas — disse o

presidente do Senado.

Alcolumbre tratou ainda de outra possibilidade, em debate no Congresso, de repasse direto de verbas para as administrações estaduais e municipais. Uma PEC já aprovada no Senado autoriza os parlamentares a repassarem recursos de emendas para os fundos de participação de estados e municípios. Hoje, há a necessidade de que sejam firmados convênios ou contratos de repasse. A Câmara instalou na semana passada uma comissão para analisar o texto.

— Você tem mais ou menos R\$ 5 bilhões de emendas parlamentares que terão a chance, pela primeira vez, de sair do agente financeiro. Uma emenda para fazer uma escola de R\$ 1 milhão, a Caixa Econômica Federal para ser gestora desse recurso, fica com R\$ 110 mil, 11%. Se tiver condição de sair desse gestor e colocar (o recurso) na ponta, é possível até baratear o custo da obra. Por execução direta, é muito mais barato —reforçou.

A repactuação, na visão de Alcolumbre, é necessária para corrigir um desequilíbrio entre acesso a recursos e atribuições legais que foi imposto pela própria classe política:

—As pessoas transferiram responsabilidades e atribuições para municípios e estados ao longo dos últimos anos e não transferiram condições para que custeiem e arquem com essas despesas que foram transferidas pelo Congresso e pelo governo central.

“Uma emenda de R\$ 1 milhão para fazer uma escola: a Caixa, para gerir esse recurso, fica com R\$ 110 mil, 11%. Se sair desse gestor e colocar (o recurso) na ponta, é possível até baratear a obra”

\_ Davi Alcolumbre, presidente do Senado

Veículo: O Globo	Online
Data: 23/09/2019	Coluna: Economia

**O GLOBO**

# ‘O MUNDO AGUARDA AS REFORMAS PARA INVESTIR NO BRASIL’

*Para presidente do Senado, estabilidade institucional é fundamental para atrair recursos do exterior*

Depois de um primeiro semestre em que as atenções estavam voltadas para a Câmara dos Deputados, o protagonismo se deslocou para o Senado na segunda metade do ano. Os senadores se preparam para votar a reforma da Previdência, já aprovada pelos deputados, e analisam um projeto de reforma tributária — há outro em debate na Casa legislativa vizinha e um terceiro que deve ser apresentado pelo governo. O Senado vai votar ainda duas indicações relevantes: a de Augusto Aras para a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a do deputado Eduardo Bolsonaro para ser embaixador do Brasil nos Estados Unidos.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEMAP), sustenta que os parlamentares precisam se dedicar aos temas que atendem às reais necessidades da população, o que, para ele, é o caso das reformas:

— Nesse momento, há essa dianteira da participação política mais forte, levantando as bandeiras que outrora eram escondidas da sociedade brasileira. Falo isso me referindo especialmente à reforma da Previdência. Há muitos anos, governos querem fazer uma reforma que pudesse compatibilizar a despesa crescente do Estado brasileiro. Em um momento ou outro, conseguiram fazer um arranjo de reforma, mas essa é a mais profunda das últimas décadas.

Alcolumbre acredita que as mudanças previdenciárias e tributárias são fundamentais para que o país atraia investimentos externos e retome o caminho do crescimento. A previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019 é de 0,85%, segundo a previsão mais recente do governo.

— O mundo aguarda as reformas para investir no Brasil. Aí, a economia vai girar e os empregos vão ser gerados. As coisas não vão acontecer da noite para o dia com um orçamento de R\$ 19 bilhões (valor destinado pela União aos investimentos em 2019) — destacou Alcolumbre.

A simplificação do regime tributário é um dos itens imediatos da agenda defendida pelo presidente do Senado. Ele classificou a legislação brasileira de “Frankenstein” ao tratar de tributos e ressaltou que as empresas gastam uma parcela expressiva de seus recursos com contadores e advogados, apenas para entender e cumprir todos os requisitos legais.

— É preciso dar tranquilidade institucional ao Estado para que investidores venham de fora. Eles estão ávidos a vir ao Brasil investir, participar das privatizações, licitações, da construção de estradas e das concessões para portos e ferrovias. Se fizermos as reformas, a gente dá um recado claro para fora: “Venham para o Brasil, que nós estamos com as contas equilibradas e há muitas oportunidades nos estados para investimentos” — disse o presidente do Senado.

## VETO A NOVOS IMPOSTOS

O rearranjo, no entanto, não deve incluir a criação de novos impostos. Recentemente, o governo admitiu a possibilidade de um novo tributo sobre transações financeiras, nos moldes

da antiga CPMF. A discussão pública em torno do tema gerou uma crise e provocou a demissão do secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra.

—As pessoas não aguentam mais pagar impostos no Brasil sem ter serviços. Não adianta inventar nome, porque vai ser imposto na vida das pessoas. Elas não aguentam mais isso — avalia Alcolumbre.

Ao se posicionar contra a criação de uma CPI para investigar o Poder Judiciário, Alcolumbre ressaltou que, para ele, é momento de “cuidar do que é importante para ajudar os brasileiros”, como a geração de empregos. Para o presidente do Senado, outro item da pauta é a reforma administrativa, com o objetivo de reorganizar as carreiras e o tamanho do Estado:

— Eu espero que a gente (Câmara e Senado) construa junto e faça um texto que seja a solução desse gigante, desse elefante que dificulta a vida das pessoas. O objetivo é formular uma proposta de um Estado mais enxuto e que seja compatível com as condições econômicas e financeiras.

Veículo: O Globo	Online
Data: 23/09/2019	Coluna: Economia



## Alcolumbre vê Congresso na ‘dianteira’

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, avalia que o Congresso, diante da falta de empenho do governo, assumiu protagonismo em temas importantes, como a reforma da Previdência. “Decisões viraram praticamente parlamentaristas”, disse no “E agora, Brasil?”, evento organizado pelos jornais O GLOBO e “Valor”.

Um governo sem base aliada, com apoiadores apenas em pautas específicas e que não se empenha para aprovar seus projetos. O resultado é um protagonismo do Congresso, que decide quais pautas terão andamento. Essa foi a avaliação feita pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), sobre a relação entre o Executivo do presidente Jair Bolsonaro e o Legislativo, durante o evento “E agora, Brasil?”, organizado pelo GLOBO e pelo jornal “Valor Econômico”, com o patrocínio da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Alcolumbre ressalta que isso ocorre por uma opção do próprio governo de abandonar o sistema de presidencialismo de coalizão:

—Quando você abriu mão desse modelo de coalizão, os partidos políticos e os parlamentares estão desobrigados de serem uma base sólida, digamos assim, do governo na Câmara e no Senado. E é por isso que muitos episódios têm acontecido, e são recorrentes no Senado e na Câmara, é porque o governo não tem uma base com a qual ele possa contar. Ele tem apoiadores em pautas específicas, que se posicionam às vezes favoráveis àquela tese do governo.

Vindo de uma campanha em que um dos centros de seu discurso foi demarcar diferença do que chama de “velha política”, Bolsonaro buscou adotar uma relação diferente com o Congresso em relação a seus antecessores. O governo federal não tem uma base aliada definida no Congresso, muitas vezes contando com o apoio apenas do PSL, partido do próprio presidente. Bolsonaro chegou a ensaiar uma articulação apenas com bancadas temáticas, e não partidárias, mas logo desistiu desse formato.

Para Alcolumbre, este vácuo na articulação resulta num modelo próximo do parlamentarismo, porque, quando há discordâncias entre Executivo e Legislativo, tem prevalecido a posição dos parlamentares:

—Agora as decisões viraram praticamente parlamentaristas. Porque, se o Parlamento for contrário a uma posição, a uma manifestação do Executivo, vai acontecer a vontade do Parlamento.

Alcolumbre citou as reformas da Previdência e tributária e o pacto federativo como exemplos de pautas que estão avançadas porque foram abraçadas pelos parlamentares, por serem matérias que vão “melhorar a vida dos brasileiros”.

—Na prática, o Parlamento está se sobrepondo. Quando tem compatibilidade com as pautas do Executivo, faz acontecer as pautas do Executivo. Como reforma tributária, reforma da Previdência e pacto federativo viraram pautas do Congresso, as coisas vão acontecer no sentido de aprovar essas matérias.

A aprovação da reforma da Previdência na Câmara foi a principal vitória no governo no Congresso em 2019. A votação expressiva, contudo, foi creditada mais ao papel do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), do que à articulação do governo.

Já os decretos que flexibilizaram a posse e o porte de armas foram apontados como projetos de interesse exclusivamente do governo, e por isso foram derrubados pelo Senado, mesmo após Bolsonaro incentivar a população a pressionar os senadores a manter o texto:

— Até agora, as pautas do Brasil estão desvinculadas da relação política. As pautas do Brasil encaminhadas pelo governo ou produzidas pelo Parlamento estão sendo tratadas com prioridade. O que for pauta exclusivamente do governo... Vocês viram o que aconteceu com o decreto das armas. O decreto das armas era uma pauta do governo, foi colocado para votar no Senado e foi derrubado.

#### DISTANCIAMENTO

Outra derrota marcante do governo ocorreu na medida provisória (MP) que reorganizou os ministérios. Bolsonaro também já teve diversos vetos derrubados pelo Congresso, como um que barrava penas mais duras para quem divulgar notícias falsas.

O presidente do Senado destacou que o distanciamento entre Executivo e Legislativo contribui para a desconfiança de investidores e, em consequência, para a queda na expectativa de crescimento do país. O Orçamento do governo para 2019 foi elaborado com a expectativa de crescimento de 2,5%. Hoje, o governo prevê um avanço de 0,85% este ano.

— Esse distanciamento da relação acaba dando esse protagonismo, ou essa dianteira ao Parlamento. Acaba também dificultando a confiança dos investidores, por causa dessa instabilidade política que possa acontecer, entre Executivo e Legislativo, que só não está mais aprofundada porque o Parlamento tomou conta da pauta.

Alcolumbre lembrou frases do próprio Bolsonaro de que o papel do governo é apenas encaminhar os projetos ao Congresso, sem a necessidade de articular a aprovação deles, e afirmou que isso deu aos parlamentares o poder de decidir quais propostas terão andamento:

— Ele mesmo diz: “Eu já encaminhei, agora a bola está com eles”. A vida toda foi o contrário.

Sempre o governo se posicionou em relação ao Parlamento com as suas pautas e lutava pelas suas pautas no Congresso. Nesse modelo que foi estabelecido, o governo encaminha as pautas, e elas só estão acontecendo porque passaram a ser do Parlamento. No momento do protocolo, o governo se afasta da matéria, e o Congresso escolhe qual vai fazer.

Davi Alcolumbre avalia que Congresso tem ocupado espaço cedido pelo Executivo

“As decisões viraram praticamente parlamentaristas. Na prática, o Parlamento está se sobrepondo.”

— Davi Alcolumbre, presidente do Senado

“Ele (Bolsonaro) mesmo diz: ‘Já encaminhei, agora a bola está com eles’. A vida toda foi o contrário”

Veículo: O Globo	Online
Data: 22/09/2019	Coluna: Economia

**O GLOBO**

# Guedes cria grupo para elaborar reforma tributária

*Advogada Vanessa Canado será assessora especial do Ministério da Economia, ficando responsável por coordenar a formulação da proposta. Economista Aloísio Araújo também fará parte da equipe*

Indicado para comandar a Receita Federal após a demissão de Marcos Cintra, o auditor-fiscal José Barroso Tostes Neto terá reforço para tocar a reforma tributária. O governo decidiu convidar para a equipe econômica um time de especialistas para elaborar a proposta do Executivo, ainda não apresentada ao Congresso. Segundo uma fonte, já está decidido que a advogada tributarista Vanessa Canado, diretora do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), coordenará a formulação do plano. Ela será nomeada assessora especial do Ministério da Economia. Nas últimas semanas, Vanessa chegou a ser cotada para assumir a Receita. A solução encontrada pelo ministro Paulo Guedes, no entanto, foi dividir as atribuições do cargo de secretário especial do Fisco. Tostes participará da elaboração da reforma, mas se concentrará na gestão do órgão, enquanto Vanessa cuidará diretamente da proposta. Também entrará para o time o economista Aloísio Araújo, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa). Os dois já vinham participando, como consultores, de reuniões no ministério.

## AVANÇAR NAS DUAS CASAS

O novo arranjo mostra uma mudança de estratégia na articulação da reforma tributária. Cintra era responsável por gerir a Receita e formular a reforma ao mesmo tempo. Essa dupla atribuição gerava insatisfação no corpo técnico. Desgastado por essa relação e marcado pela defesa de um imposto nos moldes da CPMF, acabou não se sustentando no cargo.

O novo time será responsável por arrematar uma proposta cujas diretrizes já estão definidas por Guedes. Esta prevê a unificação de tributos federais, como IPI, PIS, Cofins e IOF. A partir dessa fusão, seria criado um Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Em paralelo, seria discutida a inclusão nesse sistema do ICMS (estadual) e do ISS (municipal). Esse modelo é chamado pelos técnicos de IVA dual. Ou seja, dois impostos seriam criados: um para unificar tributos federais, outro para os regionais. A estratégia visa evitar que o debate sobre a divisão de recursos entre os entes federativos contamine o andamento da reforma. O primeiro passo deve ser a unificação de PIS e Cofins, que incidem sobre o faturamento. Essa fusão é mais simples e poderia ser feita até por projeto de lei.

Hoje, o Congresso analisa duas propostas de reforma tributária. O texto na Câmara prevê a fusão de cinco impostos, incluindo ICMS e ISS. O projeto é inspirado no trabalho do economista Bernard Appy, diretor do CCiF e colega de Vanessa. No Senado, a ideia é unificar nove tributos. O governo articula uma forma de encaminhar a proposta às duas Casas ao mesmo tempo. Para isso, sugere a formação de uma comissão mista, com deputados e senadores.

Veículo: O Globo	Online
Data: 22/09/2019	Coluna: Economia

**O GLOBO**

# Para afastar risco de paralisia, governo libera R\$ 8,3 bilhões

*Educação, Economia e Defesa são os ministérios mais beneficiados pela medida*

O governo anunciou a liberação imediata de R\$ 8,3 bilhões do Orçamento da União que estavam bloqueados. A quantia é considerada suficiente para evitar a interrupção da prestação de serviços. A liberação foi possível graças à melhora na arrecadação de impostos e também a receitas extraordinárias. Os ministérios mais beneficiados foram os da Educação, da Economia e da Defesa. Também foram descontingenciados R \$3,275 bilhões: parte desse dinheiro vai para fundo de emergência e o resto tem destino certo por acordo com a Lava Jato. Houve ainda liberação de R \$799,6 milhões em emendas parlamentares.

Diante do risco de paralisia da máquina pública, o governo anunciou ontem o desbloqueio imediato de R\$ 8,3 bilhões do Orçamento. O montante é suficiente para evitar a interrupção na prestação de serviços—o chamado shutdown—pelo menos até o fim de novembro, quando nova avaliação fiscal será feita. A liberação foi possível graças à melhora na arrecadação de impostos. A equipe econômica também contou com a ajuda de receitas extras, como o pagamento antecipado de R\$ 7 bilhões em dividendos dos bancos públicos.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, garante que a equipe econômica não trabalhava com risco de paralisia, mas admite que a liberação trará alívio. — Vai permitir que possamos trabalhar com conforto no mínimo até o próximo relatório. O viés é de recomposição adicional (do Orçamento). Não trabalhamos em momento algum com hipótese de shutdown — frisou o secretário, em coletiva de imprensa. Além dos R\$ 8,3 bilhões liberados imediatamente, o governo descontingenciou mais R\$ 3,275 bilhões, além de R\$ 799,6 milhões para emendas parlamentares, o que eleva o total para R\$ 12,5 bilhões. Do montante extra de R\$ 3,275 bilhões, R\$ 613 milhões vão para uma reserva orçamentária, uma espécie de fundo de emergência. O restante, R\$ 2,66 bilhões, é formado por recursos recuperados pela Operação Lava-Jato. Este dinheiro será destinado a programas específicos, conforme um acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os maiores beneficiados serão as áreas de educação infantil e as ações de preservação na Amazônia Legal, que receberão cerca de R \$1 bilhão, cada. Está previsto ainda o repasse de R\$ 250 milhões para bolsas do CNPq; de R\$ 250 milhões para o programa Criança Feliz, do Ministério da Cidadania, e de R\$ 100 milhões para ações socioeducativas do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Os recursos serão liberados aos poucos, conforme as áreas apresentarem as demandas.

Com o descontingenciamento, a União reverte parte do aperto de R\$ 33 bilhões que fez ao longo do ano por causa da frustração de receitas. A pasta mais beneficiada foi a da Educação, com liberação imediata de R\$ 1,99 bilhão—além do R\$ 1 bilhão da Lava-Jato. Antes, o órgão havia sofrido um aperto de R\$ 6,1 bilhões. Para abocanhar a maior fatia do descontingenciamento, o MEC argumentou que, além de ter sido o órgão que mais sofreu com os bloqueios, os reflexos de manter os recursos represados já começaram a ocorrer. Pesou, por exemplo, o diagnóstico de que as universidades, que tiveram em média 30% da verba não obrigatória suspensa, estarão sem dinheiro para pagar serviços básicos, como luz e limpeza, a partir deste mês. Já está decidido que uma parte da verba descontingenciada vai

para as federais. O segundo escalão do MEC, que inclui economistas que são servidores federais de carreira, mantém bom relacionamento com a equipe do Ministério da Economia. Eles não se furtaram a encaminhar para a Junta de Execução Orçamentária (JEO) da pasta de Guedes dados sobre os impactos do contingenciamento. Além do cenário do ponto de vista técnico, ressaltaram o desgaste político para o governo. Foi levado em consideração que o único setor que levou a população às ruas contra o governo Bolsonaro foi a educação. Os outros órgãos que mais conseguiram recursos foram o próprio Ministério da Economia, que garantiu uma liberação de R\$ 1,75 bilhão, e o da Defesa, que conseguiu alívio de R\$ 1,65 bilhão. Na Economia, o alívio vai evitar, por exemplo, a paralisação dos serviços da Receita, cujos recursos acabariam no próximo dia 24. Já no fim de agosto, o Fisco ameaçou interromper serviços como emissão de CPF e processamento de restituições de Imposto de Renda. Na Defesa, a maior parte do descontingenciamento (R\$ 950 milhões) vai para a manutenção das atividades das Forças Armadas. A pasta informou, contudo, que aguarda outro desbloqueio, da ordem de R\$ 4,2 bilhões, até o fim do ano.

#### NOVA RODADA DE LIBERAÇÕES

Segundo Waldery, a liberação anunciada ontem poderia ter sido de “alguns bilhões” a mais. Na semana passada, o vice-presidente Hamilton Mourão chegou a prever um descontingenciamento de R\$ 20 bilhões. O ministro da Economia, Paulo Guedes, mencionou que o valor chegaria a R\$ 14 bilhões. O secretário disse, no entanto, que optou pela cautela. A equipe econômica não quis contar, por exemplo, com o ingresso de R\$ 8,3 bilhões de dois leilões de petróleo que serão realizados em outubro e novembro. Os técnicos aguardam a confirmação dos certames para contar com esses recursos. — Se fôssemos um pouco menos cautelosos, poderíamos ter números maiores. Não somente R\$ 12,5 bilhões, mas alguns bilhões a mais. Conforme sejam realizados os leilões, poderemos ter uma nova rodada de recomposição orçamentária — disse o secretário, que afirmou que a liberação pode ser anunciada em um relatório extra, antes da avaliação bimestral prevista para o fim de novembro. Waldery disse ainda que o governo pode voltar a recorrer aos bancos públicos para reforçar o caixa até o fim do ano. A antecipação de dividendos já foi responsável por garantir R\$ 7,1 bilhões a mais para recomposição do Orçamento. Só Caixa e BNDES colaboraram com mais de R\$ 6 bilhões. A colaboração do Banco do Brasil foi de R\$ 640 milhões.

— Esses números podem ser aumentados. Em função do que é permitido pela política de dividendos, esses números podem vir como pagamento de dividendos intermediários até o fim do ano — completou o secretário. Além das receitas extras, colaboraram para garantir mais espaço no Orçamento a melhora na arrecadação de impostos. As novas projeções indicam que as receitas administradas pelo Fisco — termômetro da atividade econômica — crescerão R\$ 6,9 bilhões a mais que o estimado no último relatório de avaliação. Já as despesas ficarão, de acordo com os novos cálculos, R\$ 6,5 bilhões abaixo da marca anterior, graças a um ajuste na metodologia que estima o gasto com pessoal e encargos.

“Vai permitir que possamos trabalhar com conforto no mínimo até o próximo relatório”

Waldery Rodrigues, secretário especial de Fazenda

“Conforme sejam realizados os leilões, poderemos ter uma nova rodada de recomposição orçamentária”

# CNA abre fogo contra o fim da Lei Kandir

Entidade tenta excluir exportações do setor agropecuário de possível taxaço

Por **Cristiano Zaia** — De Brasília

23/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

Diante da ofensiva do ministro da Economia, Paulo Guedes, em acordo com senadores, para acabar com a Lei Kandir, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) iniciou um movimento para evitar que as exportações de bens primários e semielaborados do setor de agronegócios sejam taxadas.

O presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse que pautou a votação de proposta de emenda à Constituição nesse sentido (42/2019) para terça-feira. De autoria de dez senadores, liderados por Antônio Anastasia (PSDB-MG), a PEC “revoga as desonerações concedidas do ICMS exportação”.

Em reunião na semana passada, o presidente da CNA, João Martins, pediu ao senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), relator da PEC, que exclua de seu parecer somente o setor agropecuário da futura cobrança de ICMS sobre matérias-primas, apurou o **Valor**. A entidade já estendeu o pedido a Anastasia. A Lei Kandir, de 1996, isenta essas exportações da incidência do imposto.

Se for acatado o pedido de Martins, o setor agropecuário continuará gozando das isenções de ICMS sobre seus embarques, mas minérios, por exemplo, passariam a pagar o tributo. “Precisamos desta continuidade da Lei Kandir para sermos competitivos”, destacou Martins em comunicado da CNA.

Ao **Valor**, o relator da PEC sinalizou que deverá “preservar” o setor do agronegócio de uma eventual tributação sobre suas exportações. Ele disse que não concluiu o

relatório e que ainda está discutindo a questão com alguns setores. “São inegáveis os avanços do setor de agronegócios e investimentos que foram feitos a partir de uma política de estímulo adotada pelos governos desde que se constituiu a Lei Kandir. Então eu não poderia propor sua pura e simples extinção [da Lei Kandir]”, afirmou Veneziano.

Ainda que as exportações do agronegócio brasileiro tenham registrado queda até agosto neste ano - de 5,4% ante o mesmo período de 2018, para US\$ 64,6 bilhões -, estudo recente da CNA mostrou que a extinção da Lei Kandir para o setor reduziria em 8% o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) nacional, para R\$ 542 bilhões.

“Vamos nos manifestar e trabalhar contra tudo aquilo que for para aumentar custo de produção do setor agropecuário. Mas podemos deixar claro na proposta de reforma tributária que não se pode exportar impostos no agro”, disse o vice-presidente da Frente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Sérgio Souza (MDB-PR), que promete reação da bancada ruralista.

Na semana passada, o **Valor** mostrou que já existe acordo entre Paulo Guedes e Alcolumbre para definir uma alíquota de ICMS, que poderia ser de 2% a 3%, sobre as exportações de bens primários e semielaborados.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

### LINK PATROCINADO

Conheça o seguro de carro mais barato do Brasil!

CARROSEGURO.ONLINE

### LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

### LINK PATROCINADO

O que ele descobriu para eliminar o ronco é incrível!

SLEEP FREE

### LINK PATROCINADO

Asse um churrasco em casa sem churrasqueira!

# Mais força para Estados e municípios

Em tempos de crise fiscal, descentralização dos recursos da União deve ser uma prioridade

Por **Daniel Gullino e Marco Grillo** — O Globo, de Brasília

23/09/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas



Entrevistado por editores e colunistas do Valor e “O Globo”, Alcolumbre disse que é cada vez mais importante fazer com que os recursos à disposição do governo sejam alocados mais próximos às necessidades da população — Foto: Adriana Lorete/Agência O Globo

Com a crise fiscal que atinge diversas esferas da administração pública, cresce a importância de que os recursos à disposição do governo sejam alocados mais próximos às necessidades da população. Com base nesta premissa, o presidente do

Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), defendeu a descentralização de verbas - saindo da União em direção a Estados e municípios - e a adoção de medidas que permitam a governadores e prefeitos refinanciarem o pagamento de dívidas. Desta maneira, haveria um volume maior de dinheiro disponível para investimentos.

O “novo pacto federativo”, como ele classificou, foi defendido pelo presidente do Senado como parte do caminho que deve ser trilhado para a solução dos problemas brasileiros. Alcolumbre foi o convidado do seminário “E agora, Brasil?”, organizado pelos jornais “O Globo” e **Valor**, com o apoio da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Entrevistado por colunistas e editores, ele citou exemplos de projetos em tramitação no Congresso que, se entrarem em vigor, devem contribuir para a descentralização dos recursos.

“

## **Pacto federativo é a possibilidade de desvincular e descentralizar recursos que são arrecadados pelo governo central”**

No início do mês, o Senado aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite que a União divida com Estados e municípios a verba arrecadada com os leilões do pré-sal. De acordo com o texto, cerca de R\$ 10 bilhões irão para os Estados, enquanto os municípios também vão repartir R\$ 10 bilhões.

“Fizemos votação de uma matéria que foi a distribuição da cessão onerosa, que é fonte de arrecadação e exploração extraordinária das riquezas de Estados e municípios”, disse o presidente do Senado. “Pacto federativo é a possibilidade de desvincularmos e descentralizarmos recursos que são arrecadados pelo governo central, que fica com 70% das riquezas. Essa é a inversão. Quando o ministro Paulo Guedes (Economia) fala ‘mais Brasil e menos Brasília’, toca todos os congressistas”, disse o presidente do Senado.

Alcolumbre tratou ainda de outra possibilidade em discussão no Congresso referente ao repasse direto de verbas para as administrações estaduais e municipais. Uma PEC já aprovada no Senado autoriza os parlamentares a repassar recursos de emendas para os fundos de participação de Estados e municípios. Hoje,

ainda há a necessidade de que sejam firmados convênios ou contratos de repasse. A Câmara instalou na semana passada uma comissão para analisar o texto.



## As pessoas transferiram responsabilidade e atribuições para municípios e Estados sem dar condições para que custeiem essas despesas"

“Você tem mais ou menos R\$ 5 bilhões de emendas parlamentares que terão a chance, pela primeira vez, de sair do agente financeiro”, afirma. “Numa emenda para fazer uma escola de R\$ 1 milhão, a Caixa Econômica Federal, para ser gestora desse recurso, fica com R\$ 110 mil, 11%. Se tiver condição de sair desse gestor e colocar (o recurso) na ponta, é possível até baratear o custo da obra. Por execução direta, é muito mais barato”, reforça.

A repactuação, na visão de Alcolumbre, é necessária para corrigir um desequilíbrio entre acesso a recursos e atribuições legais que foi imposto pela própria classe política. “As pessoas transferiram responsabilidades e atribuições para municípios e Estados ao longo dos últimos anos e não transferiram condições para que custeiem e arquem com essas despesas que foram transferidas pelo Congresso e pelo governo central.”

---

### Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

#### LINK PATROCINADO

Conheça o seguro de carro mais barato do Brasil!

CARROSSEGURO.ONLINE

#### LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!

FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

#### LINK PATROCINADO

O que ele descobriu para eliminar o ronco é incrível

SLEEP FREE

#### LINK PATROCINADO